

**CARTA DE ALTA FLORESTA
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA FRONTEIRA AMAZÔNICA**



“Em todo momento, a vida está em nossas mãos. Cabe a nós querer a vida.”

Alta Floresta, 26 de Julho de 2003

CARTA DE ALTA FLORESTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Os participantes da II Expoambiente Amazônia – feira de iniciativas sustentáveis realizada em Alta Floresta, Mato Grosso, no período de 24 a 26 de Julho de 2003, contando com representantes dos setores produtivos e segmentos da sociedade local, das organizações da sociedade e das esferas de governo federal, estadual e municipal, reunidos na busca de alternativas de sustentabilidade para a região e mostrando a sua capacidade de mobilização para enfrentar os atuais desafios sócio-econômicos e ambientais, vêm manifestar a sua visão dos caminhos a serem percorridos na direção da melhoria da qualidade de vida, do incremento de renda, da equidade social e do equilíbrio ambiental.

Considerando que os atuais contextos local, nacional e global demandam uma evolução no padrão de utilização dos recursos naturais, especialmente que:

- 1) esta região se encontra localizada na fronteira de expansão econômica da Amazônia, caracterizada pela importância das atividades agropecuárias e madeireiras, onde se manifestam justificados anseios pelo desenvolvimento e crescimento econômico e material, e ao mesmo compõe um dos locais de maior biodiversidade e concentra as maiores reservas de água doce do planeta;
- 2) ao longo do processo de colonização, iniciado nos anos 70, quando “desbravar” e ocupar a Amazônia era considerado uma prioridade nacional, sucederam-se diferentes ciclos econômicos que até hoje não conseguiram trazer um desenvolvimento equilibrado e duradouro, e que ao mesmo tempo, contribuíram para formar um quadro social preocupante, tanto no campo como na periferia das cidades;
- 3) a partir das lições aprendidas com os erros e acertos das políticas públicas e dos setores produtivos, vêm sendo integrados conceitos e valores de conservação e sustentabilidade dos recursos naturais e de responsabilidade para com o meio ambiente, que se manifestam na evolução da legislação ambiental, nas novas exigências dos mercados, bem como na preocupação em assegurar que as atividades econômicas possam se sustentar ao longo do tempo e que as pessoas possam permanecer na região;

Considerando também que existem condições favoráveis na região para que as transformações necessárias possam ocorrer, especialmente que:

- 4) a crescente mobilização dos segmentos da sociedade local visando a evolução do atual padrão de desenvolvimento, manifestada na assinatura, pelo quarto ano consecutivo, do protocolo de prevenção ao fogo, mostra a disposição dos atores locais em assumirem compromissos efetivos nesse sentido;
- 5) as iniciativas expostas na feira e debatidas no seminário de negócios sustentáveis, se constituem em demonstrações da existência de possibilidades concretas de atividades sustentáveis na região, que precisam ser incentivadas e fortalecidas, abrangendo os mais diversos campos, incluindo:
 - a) a agricultura ecológica e a implantação de sistemas agro-florestais e de pequenas agroindústrias, a piscicultura, a apicultura e a pecuária leiteira que, junto com o

CARTA DE ALTA FLORESTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

- fortalecimento do cooperativismo e associativismo, constituem as bases da sustentabilidade da agricultura familiar;
- b) o manejo de pastagem mais adequado, o controle biológico de pragas e doenças, e a certificação orgânica da pecuária, que permitem fazer uso mais produtivo e duradouro das áreas desmatadas, reduzindo a pressão de abertura de novas áreas;
 - c) o artesanato e o ecoturismo nas suas diferentes modalidades, que valorizam a riqueza da floresta contribuindo para a sua conservação;
 - d) a utilização de fontes de energia renováveis, desde a luz do sol e a força da água até os resíduos de madeira e dejetos animais, que ajuda a viabilizar os negócios e contribui para poupar os recursos naturais;
 - e) o reflorestamento e o manejo florestal sustentável, passíveis de certificação, que condicionam a sustentabilidade do setor madeireiro e de toda a cadeia que dele depende, entre outras possibilidades a serem desenvolvidas;
- 6) a grande receptividade e a crescente demanda da comunidade local por atividades de educação ambiental, e os resultados já obtidos nessa área no âmbito informal, escolar e universitário, ilustram a disposição existente para a evolução dos conceitos na relação homem-natureza;

Considerando ainda, que a interação com as esferas de governo e a firme atuação das mesmas é de fundamental importância para a consecução desses propósitos, especialmente que:

- 7) este é um momento histórico de encontro entre o Ministério do Meio Ambiente, através da Ministra Marina Silva, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do IBAMA com os setores produtivos da região e com as organizações da sociedade, sendo que esses atores estão mostrando a sua disposição e maturidade para um diálogo pautado na determinação de encontrarem soluções efetivas para o desenvolvimento sustentável;
- 8) a atuação conjunta e integrada do Ministério do Meio Ambiente com os demais Ministérios do governo federal, e com o órgão ambiental estadual, visando apoiar esse processo através de políticas, programas e incentivos adequados à realidade da região, é uma condição indispensável aos avanços em maior escala;
- 9) a determinação em fazer prevalecer a lei e favorecer efetivamente aos atores comprometidos com a legalidade, inclusive criando mecanismos para desburocratizar e facilitar o licenciamento das suas atividades e seu acesso ao crédito, é também um importante compromisso do Ministério do Meio Ambiente;

Considerando enfim, que o padrão tradicional de uso do solo e a atuação dos atores envolvidos apresentam simultaneamente importantes desafios e oportunidades, especialmente que:

- 10) a economia da região depende amplamente de setores como o agropecuário e o madeireiro onde, apesar dos esforços e progressos realizados, ainda permanecem práticas não sustentáveis de uso dos recursos naturais; por outro lado, a falta de

CARTA DE ALTA FLORESTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

definições mais claras e consolidadas em relação a determinados aspectos da legislação também contribui para dificultar o acesso dos produtores à legalidade; ao mesmo tempo, observa-se um propósito sincero de ambas as partes de se conseguir eliminar os gargalos no acesso à legalidade, através de uma atuação conjunta;

- 11) a baixa produtividade e o insuficiente aproveitamento das áreas desmatadas, em função da falta de investimentos e embasamento técnico, se constitui também numa característica da região que precisa ser superada, o que representa paralelamente uma importante oportunidade, concreta e acessível, de desenvolvimento econômico sem dano ambiental adicional;
- 12) a escassez dos recursos técnicos e financeiros hoje destinados às atividades sustentáveis na forma de programas e financiamentos, e a dificuldade de acesso a esses recursos, especialmente para os pequenos e médios produtores, representam um freio ao desenvolvimento dessas atividades e um desincentivo para os empreendedores;
- 13) as iniciativas locais no âmbito do ensino e da pesquisa universitária, que contam com programas voltados para a busca da sustentabilidade, estão comprometidas pela falta de recursos materiais e a precariedade da infra-estrutura; mesmo assim, formam uma base inicial a ser fortalecida para desenvolver o fundamento técnico-científico dos setores produtivos e o conhecimento da biodiversidade;

Tendo em vista essas considerações, os participantes da II Expoambiente Amazônia de Alta Floresta se propõem a consolidar o “espaço público” aqui aberto para a construção e implementação de uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento sustentável da região, e contemplando de forma prioritária os seguintes tópicos:

- 14) o fortalecimento das alternativas sustentáveis nos diversos setores, especialmente agricultura familiar, agropecuária, indústria madeireira, energias renováveis, ecoturismo e artesanato, através do desenvolvimento de políticas públicas consistentes e estáveis, que priorizem incentivos e linhas de financiamento, e de projetos e programas do setor privado e não governamental;
- 15) a procura determinada da legalização dos setores produtivos, através de um processo ancorado na ética e que contemple ajustes e adequações nas formas de atuação dos setores produtivos, bem como dos órgãos governamentais;
- 16) a solução das indefinições quanto às regras de ocupação e uso do solo, ao zoneamento econômico-ecológico da região e às Unidades de Conservação e Terras Indígenas;
- 17) o fortalecimento do ensino e da pesquisa, através de propostas aplicadas às demandas locais, e do desenvolvimento de parcerias entre universidade local, outras instituições de ensino e pesquisa, o setor produtivo e as organizações da sociedade;
- 18) a implantação de um processo de capacitação e formação continuada dos diversos segmentos da sociedade, abrangendo o setor público, o setor privado e a comunidade, visando a mudança de paradigma na direção da sustentabilidade.